

# GOLPEANDO A POLÍTICA EDUCACIONAL: IMPACTOS NO ACESSO E PERMANÊNCIA NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS APÓS O GOLPE DE 2016

COUP ON EDUCATION POLICIES: THE IMPACTS ON ACCESS AND  
PERMANENCE AT FEDERAL UNIVERSITIES AFTER THE 2016 COUP

GOLPEANDO LA POLÍTICA EDUCACIONAL: IMPACTOS EN EL ACCESO Y  
PERMANENCIA EN LAS UNIVERSIDADES FEDERALES TRAS EL GOLPE DE 2016

**Simone Eliza do Carmo Lessa\***

 <https://orcid.org/0000-0002-0315-2726>

**Thamires Pereira Santos\*\***

 <https://orcid.org/0000-0002-0315-2726>

**Rafaella Peres Ennes de Souza\*\*\***

 <https://orcid.org/0000-0003-4023-5093>

**REVISTA PEDAGÓGICA**

**Revista do Programa de Pós-graduação em Educação da Unochapecó | ISSN 1984-1566**

Universidade Comunitária da Região de Chapecó | Chapecó-SC, Brasil

**Como referenciar este artigo:** LESSA, S. E. C.; SANTOS, T. P.; SOUZA, R. P. E. Golpeando a política educacional: impactos no acesso e permanência nas universidades federais após o golpe de 2016. *Revista Pedagógica*, Chapecó, v. 22, p. 1-17, 2020.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22196/rp.v22i0.4570>

**Resumo:** O golpe jurídico-parlamentar e midiático ocorrido no Brasil em 2016 tem tido reflexos nefastos em todos os campos, especialmente nas políticas sociais. Na presente reflexão discutimos seus impactos na Educação Superior e, de modo específico, nos programas de Assistência Estudantil. Para tanto, construímos nosso debate a partir da apresentação da Educação Superior e da Política de Assistência Estudantil, acentuando a importância de sua associação com a Política Afirmativa das Cotas. Por fim, elencamos reflexos do golpe no financiamento e na estrutura da política de assistência estudantil, a partir de dados colhidas na grande mídia e no MEC em 2017.

**Palavras chave:** Golpe, Educação Superior, Assistência Estudantil

**Abstract:** The legal, parliamentary and media coup observed in Brazil in 2016 has had negative repercussions in all fields, especially in social policies. In the present reflection, we discuss its impacts in Higher Education and, specifically, in the Student Assistance programs. To that end, we built our debate from the presentation of Higher Education and Student Assistance Policy,

establishing the importance of their association with the Affirmative Quota Policy. Finally, we highlight the impact of the coup on the financing and the structure of the assistance policy, based on data collected in the media and in the Ministry of Education – MEC at 2017.

**Keywords:** Coup, Higher Education, Student Assistance

**Resumen:** El golpe jurídico-parlamentario y mediático ocurrido en Brasil en 2016 ha tenido reflejos nefastos en todos los campos, especialmente en las políticas sociales. En la presente reflexión discutimos sus impactos en la Educación Superior y, de modo específico, en los programas de Asistencia Estudiantil. Para ello, construimos nuestro debate a partir de la presentación de la Educación Superior y de la Política de Asistencia Estudiantil, acentuando la importancia de su asociación con la Política Afirmativa de las Cuotas. Por último, reflejamos el golpe en el financiamiento y la estructura de la política de asistencia estudiantil, a partir de datos recogidos en los grandes medios y en el MEC en 2017.

**Palabras clave:** Golpe, Educación Superior, Asistencia Estudiantil

## Introdução

Iniciamos pela premissa de que os processos educacionais e a política que os estruturam são resultados dos movimentos contraditórios da sociedade: economia, cultura, necessidades da formação da força de trabalho, influência de organismos internacionais, organização de movimentos sociais pela manutenção da ordem e em defesa da transformação, processos de fragilização ou de fortalecimento da democracia. Tudo isso forma um caldo de cultura sobre o qual serão organizados os processos formativos. Pensar a educação significa, portanto, conhecer a realidade complexa em que esta se desenvolve.

Sinalizando breves elementos da nossa história, podemos afirmar que desde a condição de Colônia, segundo nossa inserção como produtores de bens primários na periferia econômica mundial, o Brasil tem seus recursos apropriados de forma a enriquecer a metrópole (e o capitalismo central) por meio de uma força de trabalho muito explorada, barata, precarizada em termos de direitos sociais, dotada de níveis educacionais elementares, visto que a produção de bens primários não demanda ampliação da formação de qualidade. Assim, podemos afirmar que um projeto de educação nacional público e de qualidade em todos os níveis ainda não foi colocado, efetivamente, na ordem do dia no Brasil. Neste sentido, a chamada escola improdutiva, continua sendo produtiva para a permanência de condições de vida periféricas e precarizadas (FRIGOTTO, 1993).

Na presente reflexão, queremos destacar um elemento importante da nossa história educacional recente: os impactos do governo golpista de Temer sobre o acesso e a permanência nas instituições públicas de qualidade, ou seja, sobre a política de assistência estudantil e, de forma mais breve, as cotas.

Para tanto, apresentaremos brevemente ambas as políticas, contextualizando-as no momento atual, em que nossa jovem, incompleta e frágil educação, sofre com seu redimensionamento para níveis de menor qualidade, maior incompletude, superficialidade e aligeiramento.

Partimos do entendimento de que houve um golpe jurídico, parlamentar e midiático – ainda que o novo mandatário estivesse na chapa legitimamente eleita. Passados quatro anos deste processo, é possível colher dados da realidade de forma a sustentar nossa hipótese do aumento da degradação da política educacional. Ao mesmo tempo, não negamos o nosso entendimento de que o governo anterior caminhava também no sentido regressivo de direitos, ao desenvolver o contingenciamento de recursos para as políticas sociais na intenção do pagamento da dívida pública.

\* Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora Adjunta no Departamento de Política Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).  
E-mail: elizasimone@gmail.com

\*\* Graduada em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).  
E-mail: thamires.pereira.santos1993@gmail.com

\*\*\* Mestranda no Programa de Estudos Pós-Graduados da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bacharela em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).  
E-mail: rafaellaennes@gmail.com

No entanto, o golpe nos traz retrocessos que têm sobressaltado a classe trabalhadora pela rapidez de sua implementação, por seu perfil ultra regressivo materializado no ataque a direitos básicos e pela naturalização (e justificção) das perdas.

Neste momento, entendemos ser essencial a análise dos impactos do golpe nas políticas sociais – na educação, especialmente, no presente debate – não somente como compreensão da realidade, mas como fundamentação para as lutas cotidianas, que não têm sido poucas. Neste caminho, nossa reflexão bebe de fontes da realidade contemporânea, constatando inclusive, que os ascendentes e desavergonhados reacionarismo, desprezo pelo conhecimento e pela ciência, tiveram suas antigas raízes adubadas pela experiência nascida do golpe de 2016.

### **A educação superior no Brasil e a recente expansão das políticas afirmativas e de pertencimento**

Elitizada desde sua origem, ainda que existam resistências a esse processo<sup>1</sup>, a educação superior é tardia no Brasil. O início da sua expansão data dos anos de 1950, em momento de aprofundamento da industrialização e de ampliação de vagas no Estado, embora sua origem esteja relacionada à chegada da Família Real ao Brasil, em 1808, quando a nobreza para cá se muda, trazendo em suas embarcações o modelo europeu de educação superior e a necessidade de oferecer à Corte alguma mão de obra especializada no campo da saúde (médicos), do direito e da engenharia. Antes disso, a Inconfidência Mineira, no campo das intenções, tinha em sua agenda a construção da universidade brasileira (FÁVERO, 2006), o que não se concretizou, por razões evidentes. Efetivamente, a Universidade do Brasil será materializada pela reunião de unidades de formação superior (Politécnica, de Medicina e Direito), no ano de 1920.

O acesso à universidade será uma demanda crescente do movimento de trabalhadores e, no final dos anos 1950, irá se tornar uma importante bandeira de luta dos movimentos por reforma de base. A expansão universitária se concretiza nos anos de 1970, estando relacionada à ditadura militar que a viabiliza por meio de instituições privadas nos grandes centros urbanos. Como exemplo de sua ampliação, destacamos que em 1960 existiam 200 mil matrículas nesta modalidade e que em 1980 esse número chega a 1,4 milhão, localizadas majoritariamente na rede privada (SAMPAIO, 2011). O Censo da Educação Superior de 2017 apresenta que existiam 2209 “faculdades e centros universitários” de um total de 2448 instituições de educação

1 Como pode atestar o Estatuto da Universidade Brasileira (Decreto 19851/1931) do Governo Vargas, que em seu título XIII, artigo quarto, ao discorrer sobre a vida social universitária, destaca a importância de medidas de *providência e beneficência* para estudantes *reconhecidamente pobres*.

superior (MEC, 2017), revelando que 90,2% desta é viabilizada por unidades formativas isoladas, colocando em xeque o conceito de universidade.

Além disso, deste total, 87% são privadas. Em outras palavras, o acesso à universidade se deu pela via da educação mercantilizada, organizada em torno de instituições lucrativas e em expansão, de modo a atender às demandas por formação de mão-de-obra mais escolarizada, em especial, nos centros urbanos. Vale mencionar que o censo citado nos revela que 45% das vagas existentes são na modalidade a distância, o que nos faz questionar as condições de aprendizagem, de experimentação de espaços coletivos de estudo, bem como a qualidade da formação em curso. Além do quadro exposto, apesar desta ampliação de vagas em formatos precarizados, a educação superior no Brasil ainda se apresenta para poucos – somente 15% dos brasileiros conseguem concluí-la (MEC, 2017).

Posta esta brevíssima apresentação da estruturação da educação superior, lembramos de Florestan Fernandes que afirma que a condição de país dependente determina o formato da política educacional mais amplamente e a formação superior de modo particular (FERNANDES, 1989). Por causa disso, se pensamos na construção de um projeto de desenvolvimento nacional, democrático e popular, o investimento em políticas de educação, de acesso e permanência (inclusive no ensino superior público,) é fundamental, mas é exatamente o contrário que temos observado.

Isto posto, falemos da assistência estudantil, destacando breves elementos da sua história<sup>2</sup>. Andres (2011) ressalta como as primeiras manifestações desta experiência, foram ações para alimentação e moradia universitárias, organizadas pontualmente em instituições federais de maior porte, com destaque para as regiões Nordeste e do interior de Minas Gerais no segundo pós guerra. Queremos ressaltar que, apesar de elitizada, a universidade pública brasileira se viu diante de demandas de sujeitos das classes populares, que conquistavam o direito ao ingresso nestas instituições (como o próprio Florestan Fernandes). Ao longo dos anos de 1970, nas universidades federais, os filhos da classe trabalhadora que conseguiam acesso, reivindicavam condições para permanência, o que começava a ser feito pela via dos DAEs (Departamentos de Assistência Estudantil). As demandas dos estudantes estavam, então, relacionadas ao apoio financeiro e acesso à alimentação (FONAPRACE, 2012).

Na década de 1980, em franco processo de redemocratização da sociedade brasileira, Pró-Reitores de Assuntos Comunitários organizam encontros na intenção de pensar em políticas de *promoção estudantil* (REVISTA FONAPRACE, 2012). Em 1985, foi realizado em Santa

2 Interessante lembrar da Casa do Estudante Brasileiro, localizada em Paris, financiada pelo Governo Washington Luiz e aberta para alunos oriundos do Brasil no final dos anos 1920. Tratava-se de espaço de moradia para onde afluam os filhos da elite, quando de suas graduações. Pela sua função, esse espaço pode ser entendido como iniciativa no campo da atenção ao estudante. No entanto, o público que ali ingressava tinha perfil diferenciado daquele a que nos referimos ao tratar da assistência estudantil. Nesse sentido, iniciativas como o Estatuto das Universidades de Vargas, no ano de 1931 (FAVERO, 2006), que considerava a importância de que “estudantes carentes” recebessem apoio para alimentação, compra de livros e moradia, nos parecem mais expressivas protoformas da assistência estudantil no Brasil.

Catarina o I Encontro de Pró-Reitores de Assistência à Comunidade Universitária, congregando 27 universidades federais. Tal atividade buscava pensar em estratégias para provimento de condições mínimas à permanência dos estudantes nas universidades federais. Este encontro será seguido de outros que ressaltarão a importância do apoio ao estudante universitário. Nestes serão traçadas as seguintes diretrizes: valorização da participação do aluno, melhoria e ampliação de restaurantes universitários, importante demanda naquele contexto.

O Fórum Nacional de Pró-Reitores para Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) foi criado em 1987, com a meta de discutir, elaborar e propor ao MEC uma política de promoção e apoio ao estudante na rede federal superior. Tal Fórum apesar do pouco diálogo com o movimento estudantil, representa importante avanço para pensar políticas para a permanência.

Desde os anos de 1993/94 o FONAPRACE realiza uma primeira pesquisa para conhecer o perfil socioeconômico dos estudantes da rede federal. Os dados colhidos revelam que as dificuldades econômicas e as desigualdades que marcam a sociedade brasileira e a educação, também se manifestam nas universidades, impactando na permanência dos estudantes, na sua evasão e condições para aprendizado. Verificamos que o diagnóstico feito pelo Fonaprace permanece atual: ainda hoje há evidente (e crescente) demanda por assistência estudantil. Neste sentido, destacamos a última pesquisa do FONAPRACE, datada de 2018, que apresenta que 48% dos estudantes está na condição de cotista (Lei de Cotas da Rede Federal 12.711/2012). No aspecto renda, chama atenção o fato de que 70,2% dos estudantes têm *per capita* familiar de até 1,5 salários mínimos, sendo que no Norte e Nordeste a renda das famílias é ainda menor (FONAPRACE, 2018) – vale lembrar que estar dentro da renda citada é critério fundamental para acesso ao programa de assistência estudantil, conforme prevê o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (2010).

Esse quadro revela que temos nas universidades brasileiras significativo grupo de filhos da classe trabalhadora, que historicamente não acessavam este espaço e que passam a fazê-lo. Esta novidade (maravilhosa) coloca uma questão: se 70,2% do alunado têm renda *per capita* de até 1,5 salários mínimos, isso quer dizer que esse mesmo percentual solicitará suporte às políticas de assistência estudantil para sua permanência e que os recursos provisionados para tanto, não costumam alcançar este percentual. Portanto, está colocada a tarefa de luta por mais recursos para a permanência na intenção de tornar a universidade pública mais acessível, diversa e democrática.

Se associada às cotas, política afirmativa voltada para população pobre, negra, indígena, deficiente, oriunda da escola pública, a assistência estudantil é potencializada como direito, podendo ser um elemento importante de permanência, de valorização da diversidade e de combate à desigualdade nas instituições educacionais.

Esta interessante e positiva combinação da ação afirmativa da cota para acesso à universidade, aliada à bolsa, recursos materiais e pedagógicos para permanência, por meio da assistência estudantil, tem favorecido às mudanças no perfil dos universitários como aponta a pesquisa do FONAPRACE. Além disso, são políticas capazes de permitir maior adesão ao cotidiano do aprendizado e a diminuição da evasão. Se tais políticas forem associadas a outras de perfil mais universal, como o restaurante universitário, bibliotecas bem montadas, laboratórios equipados, acesso à internet (o que beneficiaria a todo o alunado), estas podem ser ainda mais potencializadas no sentido do aprendizado e da permanência com qualidade<sup>3</sup>.

## O contexto do golpe e seus nefastos impactos na educação

Como economia periférica, o Brasil sofre intensamente com as crises internacionais. Foi assim na transição para a república em 1889, quando ascendia o capitalismo monopolista. Da mesma forma aconteceu em 1930, no contexto da crise de 1929, bem como no início da década de 1970, frente à fragilização do paradigma fordista-keynesiano. Também tem sido assim agora, na grande recessão amplificada por medidas reacionárias supostamente anti-crise, que degradam a vida da classe trabalhadora (ALVES, 2017). Tais regressões acontecem no acirramento da crise de 2008 – e permanecem em curso – sem sinais de minimização, sendo intensificadas pelo atual governo ultraneoliberal, privatista e reacionário que ataca direitos fundamentais.

Os reflexos desta profunda crise internacional chegam ainda mais violentos em economias periféricas como a brasileira, onde a proteção social é incompleta e tardia, o que tem ampliado os níveis de desemprego<sup>4</sup>, precarizado ainda mais os vínculos de trabalho, minimizado recursos para a proteção social, compondo um quadro de destituição e de degradação. O desalento, o ressentimento e a desesperança são motores do apassivamento da classe trabalhadora e de sua revolta, por vezes despolitizada. Neste sentido, a busca por soluções individuais e/ou a culpabilização de indivíduos ou grupos pela crise são gritantes. Uma sociedade armada, com mais cadeias, mais ódio declarado se pudor, mais fundamentalismo religioso, menos

3 Denominamos de permanência de qualidade aquelas experiências em que, não somente o estudante conclui o curso, mas o faz em condições positivas para a aprendizagem, podendo participar de atividades de pesquisa, extensão, eventos culturais, integrando-se, efetivamente, ao cotidiano da universidade e usufruindo intensamente de suas possibilidades formativas.

4 O Brasil tem hoje 13,1 milhões de desempregados e 37 milhões na informalidade, segundo o IBGE (Jornal Estadão, 2019).

pensamento crítico e menos direitos, formatam esse processo. Há uma cortina de fumaça, uma indústria de produção de notícias falaciosas, que dificulta mais do que o habitual, a leitura da realidade.

A educação se desenvolve em meio a este quadro, sendo um direito humano fundamental e central no desenvolvimento da sociedade. No entanto, continua precariamente efetivado em nosso país e em crescente processo transformação em mercadoria, sofrendo ataques, especialmente após o golpe<sup>5</sup> e agora, por parte do governo eleito, que está em busca de fragilizar espaços mais ou menos autônomos de produção de conhecimento como as universidades públicas (SAFATLE, 2019).

Sobre o governo golpista de Michel Temer, descreveremos ações muito noticiadas pela grande mídia que contribuíram para o desmonte de garantias alcançadas com muita luta pela classe trabalhadora.

Iniciamos pelos retrocessos de consequências nefastas para a população trabalhadora, materializados no congelamento de investimentos públicos nos próximos 20 anos<sup>6</sup>. Vale lembrar que tal emenda é datada de 2016, o ano do golpe. Além disso, o governo Temer (e seu sucessor) têm sido ágeis na organização de uma arquitetura para reduzir custos relativos à força de trabalho, maximizando sua exploração, desorganizando os BRICS<sup>7</sup>, provendo blindagem dos lucros do capital internacional, protegendo o agronegócio e a concentração agrária, em detrimento da proteção à natureza. Além disso, preparam o terreno para tentar dar de bandeja a previdência privatizada para o capital internacional.

Soma-se a isso, a reforma trabalhista que permitiu a fragilização dos já precários direitos empregatícios, possibilitando o modelo de contratação intermitente, flexibilizando jornadas, fragilizando a proteção à gestante (permitindo que elas desenvolvam atividades insalubres), possibilitando a negociação individualizada entre trabalhador e empresa e a desqualificação do papel fiscalizador do Ministério do Trabalho. A julgar pelos 14 milhões de desempregados em 2019 (IBGE, 2019), podemos afirmar que a (falsa) promessa de geração de empregos a partir desta reforma, não se concretizou.

Hoje podemos incluir neste pacote de regressões, a reforma previdenciária (datada de 2019, mas ansiada e não concretizada pelo Governo Temer), que dificultará que o trabalhador, com longo tempo de vida produtiva, mas de intermitentes períodos de contribuição, alcance o direito de se aposentar, prejudicando especialmente aqueles que desenvolvem as atividades mais simples, de menor remuneração, de vínculos instáveis e desprotegidas.

5 Badaró (2016) nos traz rica análise sobre o golpe. Em suas hipóteses, as motivações deste fato dizem respeito ao acirramento da crise do capitalismo, determinando que os espaços para a conciliação de classe e para a concessão de direitos fiquem mais estreitos. Também relaciona o golpe a retrocessos da divisão internacional do trabalho, que reforçam a condição de produtor de bens primários por parte do Brasil, relacionando-o, ainda, aos limites do PT frente à gestão dos interesses do capital, por sua presença ainda, junto aos movimentos sociais Sua capacidade de produzir contrarreformas na velocidade e violência desejada pela burguesia brasileira foi posta em xeque desde os movimentos de 2013, sendo desqualificada através do golpe.

6 A Emenda Constitucional 95/2016 determina o congelamento de investimentos públicos por duas décadas. Vale lembrar que a realização de emendas constitucionais é tarefa complexa, mas como essa garantirá o pagamento da dívida pública por 20 anos, sem sobressaltos, sua aprovação transcorreu na Câmara e no Senado, onde estão uma maioria de representantes do capital, sem maiores tensões. Perde a sociedade brasileira que não respondeu à altura esse ataque.

7 Associação econômica, cooperativa, de países emergentes formada por: Brasil, Índia, China, Rússia e África do Sul.

Todas estas medidas têm impactos diretos e indiretos para a política educacional. Os mais evidentes – o empobrecimento das famílias, os ataques à transferência de renda, o congelamento de recursos para as políticas sociais, a destruição do Programa Ciência sem Fronteiras, o desfinanciamento da educação pública, a desqualificação das instituições formadoras, a contrarreforma<sup>8</sup> do Ensino Médio que, ao fragilizar ainda mais este segmento da formação<sup>9</sup>, dificultará em muito que os filhos da classe trabalhadora cheguem à universidade. Também destacamos a ascensão de uma Base Nacional Comum Curricular que não aceita o debate sobre gênero e sexualidade. Portanto, tais retrocessos saltam aos olhos pelo nível de reacionarismo, regressividade e pela baixa reação da sociedade brasileira diante deste quadro caótico. Como os processos de aprendizagem não acontecem, exclusivamente nos espaços de formação, a piora nas condições de vida pode ter graves rebatimentos no acesso e na permanência na educação superior. Em outras palavras, direitos sociais, democracia e respeito à diversidade associam-se, positivamente, às possibilidades do aprender, pesquisar, prestar serviços, produzir conhecimento, como deve ser cotidiano à educação superior. O contrário não.

Outro elemento que integra esse ciclo de regressões diz respeito ao movimento Escola Sem Partido, que prega um modelo educacional assentado sobre uma mentirosa neutralidade formativa, que nega a importância do aprendizado sobre a diversidade sexual, étnica, de ideias, sobre a construção dos direitos dos negros, mulheres e trabalhadores, sobre a liberdade religiosa, sobre a história dos povos originários e escravizados, sobre a exploração dos recursos naturais do Brasil, sobre ecologia e o respeito à terra. Esse quadro de censura, de negação do Estado laico, de cassação de ideias críticas e valorização de discursos de ódio, individualismo e intransigência, certamente impactará no perfil humanista e humanizador que a educação deve ter, o que se refletirá na concepção de mundo e na autopercepção do estudante como sujeito de direitos, capaz de transformar a realidade em prol da coletividade e da democracia (FRIGOTTO, 2017). De fato, o que está em jogo é a disputa pela hegemonia cultural (e, por conseguinte, política) da sociedade.

Neste sentido, o que se desenha é um modelo de formação de crianças e jovens que passam a ser educados precariamente e no obscurantismo. Os índices de analfabetos funcionais e políticos, portanto, tenderão a crescer. Este mesmo quadro se espalha também para o campo da política cultural igualmente atacada, subfinanciada e desqualificada. Postas estas reflexões mais gerais, passemos a apresentar as matérias da grande mídia (que por sinal,

8 Concordando com Behring (2005), consideramos que o melhor termo para ações deste tipo é contrarreforma, visto que o que está em curso é uma regressão de direitos e não uma reforma no sentido da ampliação dos mesmos.

9 Ao propor a organização de percursos formativos estanques e que não contemplem todas as disciplinas, esta contrarreforma precariza o Ensino Médio, tornando mais difícil que os filhos da classe trabalhadora – que, em geral, precisam conciliar atividade remunerada e escola e que têm, por suas condições socioeconômicas, mais dificuldades para reunir condições de dedicação ao aprendizado escolar -- fiquem prejudicados nos exames vestibulares. Por fim, vale ressaltar, que essa flexibilização do conjunto de disciplinas poderá aprofundar as disparidades entre as instituições e regiões: instituições com melhor infraestrutura e recursos, melhor se integrarão (ou resistirão) às mudanças. Além disso, as escolas não serão obrigadas a ofertar todos os percursos, visto que o MEC reconhece dificuldades neste sentido, o que ampliará ainda mais as diferenças entre as instituições. Ademais, a reforma permitirá que o estudante opte por uma formação técnica profissional dentro da carga horária do ensino médio regular, desde que ele continue cursando Português e Matemática até o final, o que impactará na carga destinada à chamada formação geral.

apoiou o golpe) sobre os retrocessos educacionais do Governo Temer.

Iniciemos pelos investimentos públicos advindos do Governo Federal em direção à universidade (instituição altamente mercantilizada e atacada por governos diversos, que consideram altos os seus custos e pequena sua relevância social). No Governo Temer foi aprofundada a política de cortes e os investimentos na área têm sido incomparavelmente menores, conforme informações publicadas, inclusive, pela grande mídia. Estes dados foram levantados através de pesquisa realizada no ano de 2017.

Apresentando tais dados, o *Jornal do Globo* (2017), por exemplo, noticia que no primeiro semestre de 2017, 44 das 64 universidades federais tiveram cortes em seus orçamentos, em comparação ao primeiro semestre de 2016. As cinco mais afetadas são a UFPA, UF de Pelotas, UF do ABC, UF de Lavras e a UFSP. Outras instituições federais de renome como a UFRJ<sup>10</sup>, UFPE e UNB figuram também na situação de corte de recursos, com 22%, 23% e 22% de cortes, respectivamente.

Embora o Portal da Educação do MEC tenha divulgado que o investimento na educação alcançou a meta de 5% do PIB, conforme previsto (apesar de ser aquém do necessário), isso não condiz com a realidade observada. O próprio Ministério da Educação (MEC) sofreu corte de 4,7 bilhões de reais. No campo da expansão de instalações – realizada pelos governos antecessores, ainda que de forma precarizada<sup>11</sup> – houve um corte de 40%, o que compromete a construção e conclusão de obras em novos *campi* federais, além das políticas de permanência (O GLOBO, 2017).

Notícias relativas ao fechamento de instituições federais e de sucateamento de serviços prestados por estas nos chamam a atenção. A UFRGS informa que o contingenciamento de recursos imposto pelo governo federal tem implicado em impossibilidade de honrar pagamentos com trabalhadores terceirizados, o que impacta nas condições de funcionamento de laboratórios e de serviços. A Universidade informa que trabalha com 15 milhões a menos em investimentos. No interior do estado sulista, a fragilidade de financiamento é ainda maior: oito institutos e universidades federais tiveram recursos contingenciados, o que tem impactado na política de assistência estudantil. Todas essas instituições registram demissões de terceirizados. O Instituto de Pelotas corre o risco de fechar suas portas, segundo informa sua gestão. (JORNAL SUL 21, 2017).

O corte de verbas na UFBA impacta em investimentos em infraestrutura e pagamentos de terceirizados. A instituição informa que tem gerido recursos de modo a não faltar destinação às bolsas acadêmicas e para a assistência

10 O incêndio que dizimou o Museu Nacional do Rio de Janeiro, ligado à UFRJ é expressão deste processo.

11 De fato, o Reuni (Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais) levou novos *campi* a territórios onde a educação superior era inexistente, mas fez isso pela via da construção de equipamentos inadequados ou frágeis e da insuficiente contratação de professores. No entanto, no contexto do golpe, mesmo este formato limitado tem sido desprezado.

estudantil, mas os impactos no cotidiano institucional são inegáveis (O GLOBO, G1, Rede Bahia, 2017).

A UFMG, instituição pioneira na atenção ao estudante com dificuldades econômicas comunica corte em seus recursos. Na assistência estudantil os cortes foram de ordem de 1 milhão e impactarão na permanência (JORNAL ESTADO DE MINAS, 2017). Também em Minas Gerais, a UFU relata atraso no pagamento de bolsas e alunos sinalizam intenção de trancar matrícula por falta de condições de permanência (O GLOBO, Triângulo Mineiro, 2017).

Por outro lado, o mesmo MEC que inviabiliza o financiamento da universidade pública, dispende recursos vultosos em *propaganda*. Em pesquisa na rubrica *gastos com publicidade*, constante no sítio do MEC, na prestação de contas referentes aos meses de janeiro a agosto de 2017, mesmo ano da nossa pesquisa, encontramos um valor total de R\$16.240.714,60. Em outras palavras, se investe muito alto em dar visibilidade à gestão da educação em Temer, realizando propaganda política sobre os seus supostos feitos educacionais, sob o disfarce de avanço, em um contexto de contingenciamento de recursos. O fundo público da política de educação está, portanto, escoando pelo ralo da propaganda enganosa.

Posta essa breve reflexão, cabe-nos a pergunta: como estão a assistência estudantil e as cotas neste contexto? É sobre isso que pretendemos dialogar no próximo item.

## **O golpe e seus impactos na assistência estudantil**

Partimos do pensamento de Mandel (1985) que destaca que o capitalismo é um modo de produção em que as crises são elementos inerentes e cíclicos, ou seja, o capital detém uma característica orgânica de gerar crises e busca superá-las, principalmente, através, da potencialização da exploração da força de trabalho. Neste momento a crise se expressa em empresas endividadas e Estados, que para socorrê-las, se endividam também<sup>12</sup> pois estão a serviço da manutenção e ampliação das estruturas econômicas do capital (MÉSZÁROS, 2009), bem como se expressa na superexploração da mão-de-obra, na extinção de postos de trabalho e na fragilização de vínculos empregatícios.

Entendemos que a crise econômica que atravessa o país nesse momento – e seus rebatimentos nas relações sociais -- está relacionada a esse processo mais amplo e permanente do capitalismo de buscar sua expansão e lucro desenfreada e incessantemente. O endividamento de empresas, pessoas, Estados, o desemprego e a fragilidade dos vínculos empregatícios – que são parte do cotidiano de periferia na divisão do trabalho internacional – estão sendo

12 Ver exemplo como da isenção de impostos do Governo Federal a empresa Oi de comunicação. Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/a-falencia-da-oi-e-a-entrega-do-patrimonio-publico>> Acesso em 20 de março de 2017.

potencializados neste momento. Como nos diz o já citado Badaró (2016) a crise atual do capitalismo, não abre espaços para as práticas de conciliação entre classes, ou seja, os detentores do capital não estão abertos para negociar direitos e apassivar conflitos sociais. O capitalismo está em uma fase mundial de grande violência, em que sua capacidade de subsidiar processos civilizatórios está em xeque. A crise econômica gera golpes e golpes geram crises de diversas ordens.

Os impactos deste quadro aparecem, como não poderia deixar de ser, nas políticas sociais, dentre as quais destacamos a de educação. Esta se materializa através de bases legais, instituições e de práticas formadoras e todas essas frentes sofrem com o quadro de crise e de golpe. Sem dúvida a educação é um campo de grande visibilidade e relevância social, tendo importante impacto econômico por poder elevar a produtividade e conformar a força de trabalho. Sua capacidade de se tornar um serviço vendável, lucrativo, de grande demanda e impacto subjetivo, visto que a ideia de que a educação permite, efetivamente, a ascensão social, apesar de fantasiosa, ainda nos é muito cara. No entanto, há uma disputa política e cultural, exposta em sua virulência a partir de 2016, sobre os sentidos do educar. O acesso e a permanência nas universidades públicas estão tensionados.

Neste marco de contradições, em que a educação superior é aligeirada e mercantilizada, contraditoriamente, ascendem a assistência estudantil e as ações afirmativas, como resultado da democratização da sociedade brasileira e como consequência das lutas de diversos movimentos sociais por ampliação de direitos – negros, mulheres, de defesa de crianças e adolescentes, de educadores, por exemplo.

Estas políticas estratégicas para favorecer o acesso e a permanência na educação pública de qualidade, especialmente no Ensino Superior, foram ampliadas nessas duas primeiras décadas do século XXI. Neste sentido, cresceram em meio a avanços e retrocessos, faces desse mesmo processo: valorização da *res publica* e privatizações, valorização dos direitos dos negros, mulheres e deficientes e sua discriminação como grupos que desqualificam um suposto mérito. O aprofundamento dessas políticas faz parte de um processo complexo e contraditório, que envolve ampliação do acesso com o sucateamento das instituições que vão receber esses novos estudantes, materializando o que Algebaile (2009) chama de ampliação para menos. Este caldo de cultura contraditório fica ainda mais complexo no contexto do golpe, que buscará frear avanços ocorridos nos últimos 20 anos, no que se refere à democratização do ensino superior público. A tradicional, conservadora, racista, elitista e antinacionalista burguesia brasileira dá suporte ao

golpe, colocando em questão, avanços duramente construídos, especialmente, após a Constituição de 1988. Portanto, ter acesso e permanência passam a ser tarefas ainda mais complexas.

O ingresso dos filhos da classe trabalhadora nas instituições públicas de qualidade e na Educação superior pública, bem como sua recente permanência<sup>13</sup> é uma novidade importante, visto que é fruto da democratização da sociedade brasileira e das lutas por ampliação do acesso à educação, inclusive dos mais pobres. No movimento de estudantes a assistência estudantil é uma das bandeiras que podem colocar em xeque a dinâmica institucional, as relações entre universidade, alunos e governantes.

Neste sentido, a universidade pública está deixando de ser aquela instituição que acolhia, preferencialmente, os rebentos brancos das camadas médias urbanas. Esta tardia instituição brasileira está sendo desafiada a se reinventar. Os filhos da desigualdade e da vida precarizada estão cada vez mais em seu interior e não será possível ignorá-los. Dialeticamente, a universidade instituição pensada para atender às elites, será pressionada para que efetive mudanças<sup>14</sup>. O golpe pretende estancar este processo, mas como dizem os estudantes, quem entrou, não quer sair. Neste sentido, a assistência estudantil e as cotas serão políticas mobilizadas para e pela juventude pobre, que reconhece as dificuldades na consolidação do direito à educação, em um país extremamente desigual e meritocrático.

Neste sentido, os cortes que chegam às universidades, já aqui citados, impactam no acesso e permanência, já que diante da falta de recursos, as rubricas destinadas à assistência estudantil, passam a ser disputadas por demandas essenciais para manter as instituições abertas, como nossa experiência profissional revela.

Expressão deste processo de desproteção, temos em 2017 um total de 1.302.989 de matrículas na rede federal de educação superior (CENSO MEC, 2017) e, no mesmo ano, segundo o mesmo ministério, um total de 303.739 estudantes (MEC, PNAES, 2017) com acesso à assistência estudantil. Ora, a pesquisa do FONAPRACE (2018) nos revela que 70,2% dos estudantes têm renda familiar que os coloca como possíveis demandatários de assistência estudantil. No entanto, segundo os números citados, temos somente 23% do alunado atendido pelo PNAES e portanto, temos uma média de 47% de estudantes desassistidos. A julgar pelas regressões em curso, esse número de atendidos pode ser ainda mais precário, o que demonstra que os retrocessos do golpe têm surtido efeito.

Da mesma forma, os impactos sobre as políticas de acesso são inegáveis. Essa experiência é recente no Brasil, inspirada e fundamentada nos processos de redemocrati-

13 O PNE prevê que até 2024 o Ensino Fundamental de nove anos esteja universalizado para todos os indivíduos de até 14 anos. A questão é pensarmos como isso será feito: com aprovações indiscriminadas ou com acompanhamento efetivo destes estudantes.

14 Interessante destacar frase de mobilização de estudantes cotistas: “Uerj de cotas, de favelado, que quando luta, ninguém fica parado”

zação da sociedade brasileira, em projetos realizados nos EUA, na Índia, em países da Europa Oriental e em Cuba, desde os anos de 1960, buscando ampliação de oportunidades educacionais, de trabalho, participação política e progressão na carreira para grupos historicamente segregados ou marginalizados por suas condições particulares -- etnia, sexo, idade, pobreza, por exemplo -- (MOEHLECK, 2004). No atual contexto de retrocessos políticos e sociais, de mercantilização da educação, do golpe e da crise em desenvolvimento, é preciso que fiquemos atentos. O imenso êxito da experiência não tem sido o bastante para sua defesa (VALENTIM, 2012) em um contexto de avanços de discursos excludentes, meritocráticos e de ódio. O conservadorismo em expansão neste contexto golpista, é contra a diversidade, contra o reparo de dívidas históricas e contra as cotas. É preciso defendê-las.

A contrarreforma do Ensino Médio precariza, ainda mais, a educação pública neste nível, fragilizando as condições para que os filhos da classe trabalhadora disputem vagas na universidade. As saídas neste campo, têm sido os pré-vestibulares populares e comunitários, que com muita qualidade, ação política e resistência, organizam formações que têm obtido sucesso nos concursos de vestibular em todo o Brasil. Neste sentido, o golpe e suas decorrências seguem, mas a juventude e grupos de educadores lutadores encontram caminhos para seguir também.

## **Breves conclusões**

A descrição e o debate propostos no presente artigo demonstram o quanto as políticas sociais, de modo geral, têm sido amplamente sucateadas e desqualificadas desde o golpe. Se em 1998, com o governo Fernando Henrique Cardoso, a nação brasileira caminhava, a passos largos, em direção ao abismo representado pelas privatizações e supervalorização do capital estrangeiro, em 2020, 22 anos depois, contemplamos e vivenciamos a reincidência dessas ações, com traços mais agudizados.

Nesse contexto, o desfinanciamento proposto pelo governo Temer, em especial na política de educação, nos mostra o quanto a classe burguesa tem atuado contra os direitos dos trabalhadores e o quanto estes têm tido sua percepção obscurecida pelo falseamento da verdade.

Sendo assim, enquanto direitos são usurpados, a grande mídia trata das Reformas Trabalhista, no Ensino Médio e Previdenciária como essenciais à melhoria das condições de vida do povo brasileiro. Os representantes do capital têm investido no discurso da ordem conservadora, que falsifica a realidade. Fragilizados em suas condições de sobrevivência os movimentos de trabalhadores não têm

conseguido responder a este processo com a rapidez e organização coletiva que este solicita.

A luta por educação pública qualificada, em um cenário perverso, precisa estar em nosso horizonte. Decerto, uma educação dotada de base científica, ampla, que contribua para estimular o pensamento crítico, que abre as portas para pensar o Brasil. Afinal,

Se os membros das camadas populares não dominam os conteúdos culturais, eles não podem fazer valer os seus interesses, porque ficam desarmados contra os dominadores, que se servem exatamente desses conteúdos culturais para legitimar e consolidar a sua dominação. Em outras palavras: o dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então, dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação. (SAVIANI, 2012, p. 55)

Por isso, esses quatro anos de recessão e regressão golpista, que pesam como se quarenta anos fossem, devem nos inspirar a buscar uma força que não se cria individualmente e que vai muito além dos processos eleitorais da democracia burguesa, passando pelas lutas cotidianas, pelo ato de formar, pela força do encontro dos que sonham com justiça social, pois, tempos temerosos pedem bravas respostas.

Finalizamos com a inspiradora e esperançosa poesia de Fabricio Corsaletti (2017):

Balada a favor das últimas manifestações:  
a favor dos sem partido,  
sem dinheiro pra passagem  
a favor dos estudantes  
emperrando as engrenagens  
a favor de uma garota  
que tinha um olhar selvagem  
e carregava um cartaz  
escrito apenas, coragem.

50 Poemas de Revolta,  
Cia das Letras, 2017

## Referências

ALEIXO, Caroline. Com bolsa de assistência estudantil em atraso, alunos relatam dificuldades. **Jornal O Globo**. Triângulo Mineiro, 2017. Disponível em: <<https://globo.com/2F4uMEU>>. Acesso em: 27 set. 2017.

ALERJ. **Universidades do Rio executam o mesmo orçamento há três anos**. Disponível em: <<http://bit.ly/2CNoGUo>>. Acesso em: 22 set. 2017.

ALGEBAILLE, E. **Escola pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos**. Rio de Janeiro: FAPERJ/Lamparina, 2009.

ALVES, Giovanni. Pequena enciclopédia da miséria brasileira. In: ALVES, Giovanni, GONÇALVES, Mirian, TONELLI, Maria Luisa Q. ; FILHO, Wilson R. **Enciclopédia do golpe**. Vol. 1. SP: Editora Práxis, 2017.

ANDRES, Aparecida. **Aspectos da assistência estudantil nas universidades brasileiras**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em: <<http://bit.ly/2F4TLXV>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

BADARÓ, Marcelo. **A que ponto chegamos**. A luta de classes em 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/2R5yWTy>>. Acesso em: 30 set. 2017.

BRASIL. **Lei 12711/2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://bit.ly/2Rya85O>>. Acesso em: 30 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Acesso à informação**. Gastos com publicidade. Brasília: MEC. Disponível em: <<http://bit.ly/2QfTBip>>. Acesso em: 28 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior**. Resumo Técnico 2018. Disponível em [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/resumo\\_tecnico/resumo\\_tecnico\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2017.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2017.pdf) Acesso em 03/05/2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Assistência Estudantil (2019)**. PNAES. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/pnaes>, Acesso em 09/05/2020.

FERNANDES, Florestan. **O desafio educacional**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. **Revista Educar**, n. 28, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: \_\_\_\_\_. **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Uerj, LPP, 2017.

FONAPRACE, Andifes. **Pesquisa de perfil socioeconômico e cultural dos estudantes da graduação das instituições federais de ensino superior brasileira**.

2018 Disponível em <http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/index.php/2019/06/21/pesquisa-traca-perfil-de-alunos-das-universidades-federais/>. Acesso em 10/06/2019

JORNAL FOLHA DE SP. **Não existe crise econômica no Brasil**, diz Temer antes do G20. Disponível em: <<http://bit.ly/2R88Dfq>>. Acesso em: 27 set. 2017.

JORNAL O GLOBO. G1. BAHIA. **Corte do governo afeta planejamento de obras e investimento em infraestrutura**. 2017. Disponível em: <<https://glo.bo/2RwHv9a>>. Acesso em: 30 set. 2017.

JORNAL O GLOBO. G1. MATO GROSSO. **Servidores de Mato Grosso fazem protesto contra corte de verbas**. 2017. Disponível em: <<https://glo.bo/2GR4uYz>>. Acesso em: 30 set. 2017.

JORNAL O GLOBO. **Quase 70% das universidades federais tiveram cortes de janeiro a junho de 2017**. Disponível em: <<https://glo.bo/2F5znqh>>. Acesso em 29 set. 2017.

JORNAL ESTADO DE MINAS. **Corte no orçamento de universidades paralisa obras, pesquisas e assistência a estudantes**. Disponível em: <<http://bit.ly/2GQrbv>>. Acesso em 29 set. 2017.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. Tese de Doutorado. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5137>. Acesso em: 07/05/2015.

LIMA, Kátia. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. In: PEREIRA, Larissa D. e ALMEIDA, Ney Luiz T. de. **Serviço Social e Educação**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

MELO, Maria Luisa. Com cortes no orçamento, Uerj perde R\$1,75 bilhão em 5 anos. **Revista UOL Educação**, 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/2C1SyNM>>. Acesso em: 22 set. 2017.

\_\_\_\_\_. As notas da pós-graduação no Brasil. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/2C1SyNM>>. Acesso em: 22 set. 2017.

MOEHLECKE, Sabrina. Ações afirmativas: histórias e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, nov. 2002.

REVISTA FONAPRACE. **Documentos produzidos 2001**. Disponível em: <<http://bit.ly/2C7UmoP>>. Acesso em: 03 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. **Histórias, memórias e múltiplos olhares**. Organização Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. Andifes, UFU, PROEX, 2012.

RIO DE JANEIRO [estado]. **Lei Ordinária nº 4151, de 04 de setembro de 2003**. Disponível em: <<http://bit.ly/2BUH2Eo>>. Acesso em: 22 set. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei Ordinária nº 5346, de 11 de dezembro de 2008**. Disponível em: <<http://bit.ly/2F5RRqC>>. Acesso em: 22 set. 2017.

ROMANELLI, Otaiza. **História da Educação no Brasil**. São Paulo: Vozes, 2001.

SAFATLE, Vladimir. **O Brasil precisava quebrar a ilusão de construir conciliação sem conflito**. Rede Brasil atual, Agosto de 2019. Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2019/08/vladimir-safatle-ilusoes-sem-conflito/>, acesso em 09/05/2019.

SAMPAIO, Helena. O setor privado de Ensino Superior no Brasil: continuidades e transformações. **Revista Ensino Superior**, 2011.

SAVIANI, Demerval. O legado educacional do regime militar. **Cadernos Cedes**, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008.

SHIROMA, E. O., MORAES, M. C. de, EVANGELISTA, O. (Orgs). **Política Educacional**. Rio de Janeiro, DP&A, 2000.

TOKARNIA, Mariana. EBC Agência Brasil. **Após corte de verba, CNPq tem recursos para pagar bolsas apenas até este mês**. Edição 2017. Disponível em: <<http://bit.ly/2QjSizo>>. Acesso em: 22 set. 2017.

VALENTIM, D. F. D. **Ex-alunos negros**. Os desacreditados e o sucesso acadêmico. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2012. Disponível em [http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0811292\\_2012\\_pretextual.pdf](http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0811292_2012_pretextual.pdf), acesso em 02/jan/2016

Recebido em:

Aceito em:

Publicado em: 22-05-2020